

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano CI • Nº 237

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 24 de dezembro de 2024

Ata de Comissão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2024.

“A VIOLÊNCIA DECORRENTE DOS CONFLITOS DE TERRA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO E SEUS IMPACTOS NAS COMUNIDADES RURAIS”

Às 14h00 do dia 09 de dezembro de 2024, na área externa da Prefeitura da cidade de Jaqueira, localizada na Avenida Francisco Pellegrino, 162, no Centro de Jaqueira, teve início a Audiência Pública intitulada “A violência decorrente dos conflitos de terra na Zona da Mata de Pernambuco e seus impactos nas comunidades rurais”. A Deputada Dani Portela declarou aberta a Audiência, saudou todas as pessoas presentes, e convidou para compor a mesa: a Exma. Deputada Estadual Rosa Amorim, representante da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; a Exma. Ridette Pellegrino, Prefeita do Município de Jaqueira; o Sr. Jeterino Francisco, Presidente da Associação de Moradores do Engenho Barro Branco; o Dr. Flávio Rodrigues, da Associação Brasileira dos Advogados do Povo (ABRAPO); o Sr. Geovani Leão, representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Ilma. Dra. Adna Leonor, Promotora de Justiça de Maraiá; a Ilma. Dra. Gláucia Andrade, Secretária Executiva de Direitos Humanos de Pernambuco; o Ilmo. Major César Gaia, subcomandante do 10º Batalhão, representante da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE); o Ilmo. Paulo Matos, Delegado da Polícia Civil do Município de Jaqueira; o Ilmo. Joilson Barreto, Superintendente Regional Substituto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Pernambuco (INCRA/PE); e o Ilmo. André Ângelo, representante do Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco (ITERPE). A posteriori, a Deputada Dani Portela justificou a ausência do Deputado Doriel Barros, Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, que por motivos de saúde não pôde estar presente, mas mandou representação para acompanhar e se somar aos esforços, tendo em vista que a audiência em comento foi organizada de forma conjunta entre ambas as comissões. Somado a isso, registrou as presenças do Ilmo. Padre Agivaldo, representante da Arquidiocese de Palmares; do Exmo. Armando Barros, Presidente da Câmara de Vereadores de Jaqueira; do Exmo. Irmão Eudo, Vice-Prefeito de Jaqueira; de Armando Rodrigues, Ex-prefeito de Jaqueira; da Ilma. Dênia Gomes, Secretária de Administração de Jaqueira; da Ilma. Cássia Maria, Secretária de Assistência de Jaqueira; de Gilson do Posto; e de Clebson. Em seguida, a parlamentar deu início a sua fala ao trazer a frase de Jurema Werneck, no qual afirma que “os nossos passos vêm de muito longe”, para exemplificar como a luta em discussão existe há muito tempo, quando os pais e os avós dos moradores da região trabalharam incansavelmente na esperança de que suas gerações futuras pudessem ter a garantia daquele território. Ainda, a Deputada alegou que o direito à terra, ao alimento e à segurança, o direito de dormir em paz na terra que cresceu, trabalhou e viu sua família crescer é um direito de todas as pessoas. Ocorre que essa paz é substituída pela insegurança, pelo medo do aumento da violência e pelo medo de perder sua terra. Tendo isso em vista, Dani Portela arguiu que a regularização fundiária é algo que une todas as famílias nessa luta. Entretanto, apesar de acordado e prometido, esse título de propriedade nunca foi entregue. Ademais, a parlamentar assegurou que o tema em debate dizia respeito a todas as pessoas ali presentes, grande parte ex-trabalhadores das usinas de açúcar da região, que vivenciam uma série de violências e violações aos seus direitos. Na sequência, a Deputada socializou que o intuito da Audiência era de promover o debate entre representações do poder público, nomeadamente, o Executivo, o Legislativo e o Sistema de Justiça, e da sociedade civil a fim de tirar os encaminhamentos necessários à solução dos diversos conflitos relacionados à temática. Seguidamente, a palavra foi passada para a Deputada Rosa Amorim, que lamentou o medo presente na vida dos moradores de Barro Branco, medo em perder sua casa, suas vidas e a vida de seus familiares. Dando continuidade a sua fala, Rosa Amorim informou ter vivenciado diversas vezes em sua vida a dor e o tormento de sofrer com a reintegração de posse, ou o despejo, pelo fato dela fazer parte do Movimento dos Sem Terra (MST) e ser filha de assentados. Além disso, a Deputada afirmou que a luta enfrentada pelo povo de Barro Branco e das demais comunidades não é fácil, e nem ocorrerá de forma rápida, mas só será possível através da organização, da mobilização e da luta da população. Aliado a isso, Rosa Amorim assegurou que não serão medidos esforços das Comissões da Alege presentes para contribuir na resolução do caso. Ainda, a parlamentar reforçou a importância do INCRA se fazer presente, e seu papel indispensável na luta, tendo em vista que ele é o órgão responsável pela reforma agrária e pela garantia da terra para quem nela vive e trabalha. Entretanto, infelizmente o órgão lida atualmente com a falta de orçamento e sem um quadro efetivo de funcionários, que possa dar celeridade à resolutividade dos conflitos. Para concluir, a Deputada Rosa Amorim afirmou que a liberdade da terra e a paz no campo tem nome: reforma agrária! Posteriormente, a Deputada Dani Portela expôs algumas das denúncias de várias comunidades que chegam na Comissão de Direitos Humanos, tais como a destruição de plantações, queimadas, contaminação de fontes de água por agrotóxicos, falsificação de documentos e leilões, e a presença de milícias rurais armadas. Logo após, a parlamentar registrou as presenças de representações do Sítio Grande, do Sítio Tenório; do Sítio Bananal; do Sítio do Monteiro; do Engenho Barro Branco; do Sítio Leite; do Engenho Ferredouro; do Sítio Jussara; do Sítio Cabugi; do Engenho Caixa d'água; da IEDS; da PADD de Direitos Humanos; da CPT; da FETAPE; e do INCRA. A posteriori, a palavra foi passada para Jeterino Francisco, Presidente da Associação de Moradores do Engenho Barro Branco, que saudou a todos presentes e relatou o que ocorreu no dia 28 de setembro, quando houve um ataque contra a comunidade e seus agricultores, provocado por mais de 50 homens armados, com cachorros e retroescavadeiras, que invadiram Barro Branco e destruíram lavouras e plantações, além de terem ferido três pessoas, armados de ponto 40. Tal situação de extrema violência levou os moradores da comunidade a precisar se defender, motivo pelo qual o Presidente da Associação dos Moradores afirmou que ao contrário de alguns boatos que estejam circulando, tentando incriminar a comunidade, o que está acontecendo é uma forma de a comunidade se defender, porque estão à mercê de uma violência que não tem par. Ainda, Jeterino lamentou que em uma audiência na Promotória Agrária, realizada no dia 08 de janeiro do corrente ano, o INCRA se comprometeu com a resolução dos conflitos e afirmou ter recurso e pessoal para lidar com as questões. Aliado a isso, dias anteriores ao atentado, o INCRA foi no Engenho Barro Branco e foi feito o cadastramento de 365 famílias, no qual a região foi constatada como uma área de conflito, que o INCRA possuía interesse. Contudo, após o ataque do dia 28 de setembro, os moradores, através de um abaixo-assinado contendo mais de 130 assinaturas, questionaram ao INCRA o que seria feito para lidar com o aumento da violência na região, e não obtiveram resposta. Por fim, o Sr. Jeterino pleiteou para que o povo fosse tratado com dignidade, pois eles vêm sendo tratados como animais, e assegurou que estava presente para pedir providências, pois promessas a população já está cansada de ouvir. Na sequência, a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos passou a palavra para o Dr. Flávio Rodrigues, da ABRAPO, que denunciou o Movimento Invasão Zero, responsável não só pelo que aconteceu em Barro Branco no dia 28 de setembro, mas também pelo assassinato da Nega Pataxó, na Bahia, e que tem instaurado o terror no campo em vários lugares do país. Além disso, Flávio reforçou que esse movimento paramilitar ganhou força desde o Governo do ex-presidente Bolsonaro, e tem atuado livremente no campo, ao ameaçar, ameaçar e violentar os camponeses. Somado a isso, o advogado denunciou que o Movimento Invasão Zero, após o atentado do dia 28, tentou criminalizar a Liga dos Camponeses Pobres, e acusá-los de ser um movimento de terroristas, quando a realidade é que essa milícia armada é que tem atacado o povo do campo. Para concluir, o Dr. Flávio Rodrigues leu um documento da Liga dos Camponeses Pobres, que tinha como intuito denunciar a violência da Empresa Agropecuária Mata Sul e do Movimento Invasão Zero, pedir para que os responsáveis pelo ataque do dia 28 fossem punidos, além de reforçar a organização da Liga dos Camponeses Pobres e convidar o povo para se unir na luta. Seguidamente, a Deputada passou a palavra para alguns representantes das comunidades de rurais de Jaqueira que estão dentro das terras ditas da Usina Frei Caneca, e quem deu início foi o Sr. Antônio Mariano, Buiú, representante do Sítio Laranjeiras, que cobrou a Governadora que dê condições ao INCRA e aos demais órgãos competentes para que possibilite a reintegração de posse das terras para garantir esse direito ao povo camponês e trabalhador, que há tanto tempo derrama seu suor nessas terras. Terras essas que muitos trabalhadores para no fim não receberem as indenizações trabalhistas da Usina Frei Caneca. Ainda, Buiú assegurou que não irá desistir da luta para permanecer no seu lar, no lugar que nasceu, pois se preocupa com o futuro de seus filhos e netos. Posteriormente, a palavra foi passada para Adriano Andrade, representante do Engenho Ferredouro, que expressou sua indignação com as empresas que chegam no Município, e afirmou que para melhoria e paz de todos, urge a realização da reforma agrária, tendo em vista que na ausência de uma resolução concreta para o problema, sempre haverá uma próxima vítima. Na sequência, Amanda Maria, representante da Colônia III, questionou a não aplicação dos direitos humanos para os pequenos agricultores. Dando continuidade a sua fala, Amanda lamentou o que aconteceu com seu pai, Seu Waldemar, que teve seu sítio completamente destruído e levaram o único animal que ele possuía. Por fim, perguntou o que pode ser feito para adiantar o processo da reforma agrária, pois é o que o povo precisa. Logo após, a Deputada Dani Portela, antes de passar a fala para a Prefeita de Jaqueira, questionou quais são as medidas de prevenção, proteção e reparação aos direitos humanos que serão adotadas pela Prefeitura nas comunidades rurais afetadas por conflitos agrários, decorrentes da disputa pela posse de terras; e como a Prefeitura de Jaqueira tem atuado diante de denúncias que relatam diversas ações e omissões com vistas a prejudicar o meio ambiente e os recursos naturais, a exemplo de relatos sobre contaminação intencional de nascentes e solos. A posteriori, Ridette Pellegrino afirmou ser inadmissível o argumento de que não há orçamento para a efetivação da reforma agrária no Município, haja vista que é um problema de muitos anos que ainda não teve resolução. Aliado a isso, Ridette colocou a Prefeitura à disposição do ITERPE e do INCRA, para qualquer necessidade que surgisse ao ir para Jaqueira, pois é prioritário garantir o direito à terra à população das comunidades e dos engenhos. Não obstante, a Prefeita trouxe a informação de que havia ido ao CPRH denunciando a contaminação de fontes de água por agrotóxicos, e a destruição de plantações. Além disso, Ridette também foi ao IBAMA fazer a mesma denúncia, mas relatou que não foi permitido

registrar a sua presença. Para concluir, declarou sua indignação com o atentado do dia 28 de setembro, e colocou não só a Prefeitura, como também a Câmara dos Vereadores à disposição, para lutar pela terra que é de direito dos camponeses. Em seguida, a Deputada Dani Portela passou a palavra para Giovanni Leão, que saudou todos os agricultores e agricultoras, pois são eles que dão sua vida para o bem do Município. Em continuidade, o representante da CPT compartilhou os dados de que Pernambuco, no ano de 2024, foi considerado o terceiro estado mais violento do Brasil, e Jaqueira é o terceiro município mais violento do país. Tendo isso em vista, Giovanni questionou se é uma lentidão natural, ou se é uma omissão do Estado, e o que precisa acontecer de mais grave do que já aconteceu para que a reforma agrária seja efetivada, pois são diversos os órgãos e entidades que foram acionados, mas infelizmente ficaram-se inertes. Posteriormente, a Deputada Dani Portela registrou a presença de Dr. Rodrigo, representante do PEPDH. Ainda, a parlamentar comunicou que, como o Dr. Desembargador Bartolomeu Bueno, que iria representar o Tribunal de Justiça de Pernambuco, não veio e não justificou sua ausência, a Deputada iria passar a palavra para Dra. Adna Leonor, Promotora de Justiça de Maraiá. Ocorre que Dani Portela, antes de passar a fala, questionou se há algum levantamento do conjunto de ações judiciais relativas aos conflitos fundiários envolvendo a Usina Frei Caneca, a Agropecuária Mata Sul e trabalhadores rurais; e como o Ministério Público tem acompanhado esses conflitos. Seguidamente, Dra. Adna Leonor socializou que Jaqueira não tem fórum, então todas as demandas que surgem no município vão para o Fórum de Maraiá, que é de sua jurisdição. Ainda, a Promotora informou que infelizmente, apesar do convite para a audiência em comento, o Dr. Fabiano Pessoa, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Cidadania do Ministério Público de Pernambuco, e o Dr. Leonardo Caribé, Promotor de Justiça Agrário do Ministério Público de Pernambuco, não puderam comparecer, motivo pelo qual ela esteve presente como representante de ambos. Dando continuidade a sua fala, Adna afirmou que estava lotada na Promotória Agrária havia seis meses, e não saberia responder as perguntas que foi questionada, pois não estava situada acerca dos conflitos agrários e fundiários. Por outro lado, ela afirmou que o Dr. Leonardo Caribé sabia com mais profundidade sobre o tema, por acompanhar todos os conflitos agrários de Pernambuco. Aliado a isso, a Promotora assegurou que o Ministério Público, através da Promotória Agrária continua acompanhando todos os desdobramentos e todas as investigações acerca do ataque do dia 28 de setembro, e informou da existência de procedimentos instaurados na Promotória Agrária, e de procedimentos policiais, contendo diligências e pedidos para que sejam responsabilizados tanto os atos de violência, quanto a situação de milícia armada que ocorre na comunidade. Não obstante, ela comunicou que os desdobramentos criminais são acompanhados pela Promotória de Maraiá, e trouxe a informação de que os processos de Jaqueira referentes às questões agrárias só foram para a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça, no mês anterior ao da realização da audiência pública. Por fim, Adna Leonor ressaltou a importância e a sensibilidade do assunto, agradeceu o convite, e sugeriu uma reunião com os atores sociais envolvidos e as comunidades, para que se chegasse a soluções concretas e efetivas, a fim de obter a paz no campo, já que o Ministério Público entende a situação como um fato grave e criminoso e permanece à disposição. Na sequência, a Presidenta da Comissão de Direitos Humanos agradeceu pela presença dos intérpretes de libras, Poliana Alves e José Dárley, responsáveis por garantir a acessibilidade, além de registrar a presença do Vereador Sargento Berg; do Vereador Lenilson da saúde; do Professor Fred, representante do Comitê de Apoio aos Possesores de Barro Branco; do Delegado Tiago Matos; e de Marcos Brito, Comissário da Polícia. Somado a isso, a parlamentar, antes de passar a fala para Dra. Gláucia Andrade, Secretária Executiva de Direitos Humanos de Pernambuco, questionou porque o Programa de Prevenção aos Conflitos Agrários e Coletivos (PPCAC) encontra-se sem funcionamento efetivo e quando ele deverá ser retomado; quais são as medidas de prevenção, proteção e reparação aos direitos humanos que serão adotadas pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência (SJDHPV) nas comunidades rurais afetadas por conflitos agrários, decorrentes da disputa pela posse de terras; como a SJDHPV tem atuado diante da ausência de fluxo específico entre esta Secretaria e a Secretaria de Defesa Social, responsável pelas forças policiais; e como deve, diante das denúncias, fomentar a atualização de procedimentos padrões utilizados pelas forças de segurança em casos de conflitos. A posteriori, Gláucia Andrade deu início a sua fala e informou que o PPCAC foi criado após a morte do menino Jonatas, e tinha a previsão do orçamento de apenas um ano de execução, mas a sua reativação está prevista para o início do ano de 2025, com um orçamento continuado. Entretanto, a Secretária arguiu que a ausência do PPCAC não significa que a proteção através de outros programas não vem sendo executada, tendo em vista que existem outros órgãos para tratar do tema, como a CEACA, que possui representantes da SDS, do INCRA e da CPT. Ademais, sobre a questão dos fluxos com a Secretaria de Defesa Social, Gláucia afirmou que quando um conflito é deflagrado, a Secretária tem um protocolo imediato de acionar todos os órgãos competentes, mas reconheceu que há a necessidade dos fluxos serem maturados, e isso só ocorre quando há a escuta da população, razão pela qual a Secretária agradeceu a oportunidade de estar na audiência e a recepção da Prefeita de Jaqueira. Aliado a isso, Gláucia Andrade lamentou o fato da comunidade ser tratada como animal, e alegou ser de conhecimento geral que os seres humanos são dotados de direitos, que não podem ser violados. Ao finalizar, a representante da Secretaria Executiva de Direitos Humanos colocou a SJDHPV à imediata disposição como articuladora de programas como o Juntos pelo Direito e Cidadania para se pensar as demais questões como documentação civil e outros encaminhamentos e serviços, e assegurou que o Estado de Pernambuco atua na proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos e está do lado dos camponeses e camponesas daquela terra. Logo após, a Deputada Dani Portela perguntou se poderia firmar o compromisso da reativação do PPCAC, com o Estado de Pernambuco, pois infelizmente não viu previsão orçamentária para o órgão no ano de 2025. Prontamente, Dra. Gláucia Andrade assegurou que sim, o compromisso de reativação do PPCAC no ano de 2025 poderia ser firmado, até porque, conforme Gláucia, as articulações, a título de Secretaria e Governo do Estado de Pernambuco, já estão sendo feitas. Posteriormente, antes de passar a palavra ao Major César Gaia, Dani Portela questionou como o comando da polícia tem atuado com vistas a averiguar diversas denúncias sobre intimidação e investigações informais realizadas por agentes de polícia através de crianças adolescentes e moradores no município de Jaqueira; quais informações disponíveis sobre o andamento da investigação da corregedoria da polícia sobre a conduta ilegal do Coronel reformado da PM, que se apresentou como Coordenador Operacional do Movimento Invasão Zero durante o último conflito; quais esforços foram mobilizados diante da atuação da Polícia Militar no ato de violência promovido por milícias armadas na comunidade de Barro Branco; quais ações deverão ser tomadas para que as Forças de Segurança Pública atuem para impedir a atuação ilegal desses grupos; e quais são as medidas que estão sendo adotadas para retomar a confiança das comunidades rurais no trabalho das forças policiais, diante do constrangimento e de queixas reiteradas de criminalização da luta travada por trabalhadores e trabalhadoras rurais. Na sequência, a Deputada Rosa Amorim reforçou as indagações da Presidenta da Comissão, e somou-se às perguntas ao questionar quais os protocolos a Polícia Militar está tomando para proteger de forma emergencial as famílias que denunciam esses ataques. Seguidamente, o Major César Gaia respondeu que o ato de violência que aconteceu em Barro Branco é totalmente alheio ao 10º batalhão, e à Polícia Militar, tendo em vista que o fato não ocorreu com policiais efetivos do 10º batalhão. Ainda, sobre as intimidações e as investigações formais com crianças realizadas por Agentes da Polícia, o Major informou não ter conhecimento do assunto, e comunicou que os órgãos competentes já estão investigando. Sobre o protocolo, César afirmou que em qualquer ocorrência que envolva reforma agrária, a ordem é de pacificar o local, colocando viaturas e rondas, com policiamento fixo. Além disso, o Major arguiu que a Polícia Militar não possui partido, e seu objetivo é a manutenção da ordem, não prejudicar ou ficar contra a população. Para finalizar, César afirmou que o 10º batalhão estava de portas abertas para ouvir a população, receber as críticas e as satisfações. A posteriori, a palavra foi passada para o Delegado de Polícia Paulo Matos, que informou que os fatos vêm sendo investigados com o devido rigor, e a atuação da polícia é de forma controlada, seja pelo Ministério Público, pelo Controle Interno da própria polícia, ou por demais órgãos. Ademais, assegurou que pessoas vêm sendo investigadas, e responderão na medida de sua conduta. Para concluir, colocou a Polícia Civil de Jaqueira e de Catende - cidade na qual o Delegado responde por cumulação - à disposição. Seguidamente, a Deputada Dani Portela informou que foi aprovada, cerca de 15 dias antes da audiência em comento, na Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, uma visita/inspeção às terras arrendadas pela Agropecuária Mata Sul, que inclui a comunidade de Barro Branco e outras comunidades rurais de Jaqueira, e que está sendo organizada pelo Deputado Federal Coronel Meira. A parlamentar esboçou seu temor por essa visita, especialmente se ocorrer de forma não anunciada, pois em várias partes do país a presença dessa Comissão da Câmara Federal intensificou os conflitos agrários. Na sequência, antes de passar a palavra para o INCRA e para o ITERPE, a Deputada questionou como o INCRA e o ITERPE têm atuado para a realização da reforma agrária/regularização fundiária das comunidades discutidas nesta audiência; se existe um levantamento e análise dos processos mais avançados no INCRA e no ITERPE de execuções fiscais compatíveis, a fim de conferir prioridade aos relacionados com as comunidades em conflito; e se apesar da compreensão de que existem inúmeras ferramentas para regularização fundiária, quais etapas ainda são necessárias para a realização da desapropriação com fins de reforma agrária de terras relacionadas às usinas notoriamente falidas. Logo após, Joilson Barreto, Superintendente Regional Substituto do INCRA/PE, alegou que desde o ano de 2016 o órgão passou por um desmonte, e o seu papel fundamental foi colocado em último plano. Somado a isso, no ano de 2019, o memorando do INCRA impedia os servidores de criar novos assentamentos, e obrigava-os a registrar o CPF da população que já estava assentada e mobilizada em busca da reforma agrária, para que fossem classificadas como invasoras de terra e não poderem ingressar no Programa Nacional de Reforma Agrária. Dando prosseguimento, ao responder às perguntas da Deputada, Joilson informou que já foi enviado à Procuradoria da Fazenda Nacional o pedido de que se faça o levantamento dos débitos da Usina Frei Caneca, a fim de que haja o processo de adjudicação, ou seja, a transformação das terras em área de assentamento para a reforma agrária. Aliado a isso, o representante do INCRA informou que o órgão anunciará a criação de pelo menos sete novos assentamentos no Estado de Pernambuco. Por fim, agradeceu o convite e assegurou que o INCRA estava à disposição para fazer com que a reforma agrária ocorra. Posteriormente, a palavra foi passada para André Ângelo, representante do ITERPE, que socializou a criação de quatro novos assentamentos legalizados até o fim do corrente ano, o que prova o interesse e a preocupação do Governo Federal com a agricultura familiar. Não obstante, André trouxe a informação de que o Programa Terra Brasil, e o Programa Terra para Juventude, criados pelo Governo Federal, são formas para garantir a terra para a população, por meio de financiamento com o Estado, com o prazo de 25 anos para pagar, oferecendo 40% de desconto no caso de pagamento em dia, além de outros incentivos. Por fim, colocou o ITERPE à disposição, e se comprometeu a resolver a questão ao entendê-la também como um problema do órgão. Na sequência, a Deputada Dani Portela questionou aos representantes do INCRA e do ITERPE, se dos onze novos assentamentos anunciados em Pernambuco, algum deles continua as localidades em discussão na audiência; e se seria possível firmar o compromisso com ambos os órgãos de acompanhar mais de perto os processos relacionados às comunidades de Jaqueira.

Prontamente, Jolison Barreto respondeu que dos sete novos assentamentos, todos tratavam de um caso grave, no qual as famílias já estavam na iminência de serem expulsas do local. Além disso, afirmou que o compromisso do INCRA é em 2025 ter toda a equipe voltada exclusivamente para atender os casos das comunidades de Jaqueira, e assegurou que o órgão não abriria mão de nenhuma das comunidades de Jaqueira envolvidas no conflito. Logo após, a Deputada Rosa Amorim reiterou a importância de cobrar o INCRA com relação às adjudicações, tendo em vista que existem denúncias muito graves envolvendo as empresas vinculadas ao Engenho Barro Branco efetuarem leilões de terra em Pernambuco, e consoante a parlamentar, em muitos casos o INCRA não está fazendo intervenção nessas situações. A posteriori, a Presidente da Comissão ofertou a palavra para quem do público quisesse fazer alguma intervenção, e o Sr. Flávio Duarte, representante do Deputado Doriel Barros, reforçou o motivo da ausência do parlamentar, além de ter exclamado a gravidade da situação, e colocado o mandato à disposição. Já o Padre Agivaldo, da Cáritas, saudou a mesa e em nome do Bispo Dom Fernando Barbosa, afirmou que a Arquidiocese de Palmares tem atuado em defesa dos direitos humanos e na luta pelo direito dos menos favorecidos. Seguidamente, o Dr. Lenivaldo, como Comissão de Justiça e Paz, denunciou a insegurança vivida em Jaqueira e lamentou alguns policiais inexperientes que constrangiam os moradores. Na sequência, o Vereador Manuel expressou sua felicidade em ver o INCRA e o Ministério Público presentes na audiência, após tanto tempo ausentes. Aliado a isso, assegurou que sua luta era pela garantia da segurança alimentar, pela liberdade no povo do campo e pelo direito à terra. Em seguida, o professor Fred Caeté, da UFRPE, abordou o tema pela ótica da luta de classes. Posteriormente, Cecília, estudante da UFPE, mostrou registros de quando teve seu pé gravemente ferido após ser atingida pelos invasores no ataque do dia 28 de setembro, com uma bala de ponto 40. Tendo isso em vista, Cecília argumentou que os 50 pistoleiros armados ao invadir a terra de camponeses desarmados só poderiam ter uma intenção: a de realizar um massacre. Por fim, ela afirmou que ninguém da comunidade se sentiu seguro com a polícia no dia da invasão, e não se sentem seguros no dia a dia, fato este que foi confirmado pelas falas da plateia. Já Josefa Maria, mais conhecida como "Dedinha", informou que também foi atingida no dia 28 de setembro em seu ombro, com uma bala de ponto 40, em um local onde tinham várias crianças, que por sorte não foram feridas. Por fim, Carlos da CPT indagou a Rosa Amorim se seria possível a visita da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da ALEPE nos sítios dos agricultores que sofreram as destruições causadas pelo Movimento Invasão Zero. Prontamente, Rosa Amorim assegurou que sim, e que desde o momento que o mandato tomou ciência da visita, entrou em contato com os parlamentares do Movimento Sem Terra que são titulares da Comissão de Agricultura Federal, e que acredita que no dia da visita a ser realizada pelo Congresso Nacional, seria ideal que as Comissões da ALEPE de Agricultura e Direitos Humanos estivessem presentes. Em seguida, a Presidente da Comissão de Direitos Humanos socializou com a plateia os encaminhamentos já assumidos, quais sejam o compromisso da Secretaria Executiva de Direitos Humanos do retorno das atividades do PPCAC a partir de janeiro de 2025; o compromisso do INCRA em atuar com prioridade para a aquisição das terras da Colônia Terceira que foram colocadas em leilão de forma fraudulenta. Ainda, a parlamentar compartilhou as sugestões de encaminhamentos. A priori, para a Secretaria de Direitos Humanos, que atue de forma a agendar uma audiência com o Governo Federal e a Superintendência do INCRA, para acelerar o processo de regularização fundiária das terras ocupadas pelas comunidades rurais de Jaqueira, através da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, inclusive, levando em consideração todos os débitos da antiga usina com o estado e o Governo Federal; sugestão para que a SUDHVP e a SDS realizem um levantamento e elaborem um Relatório Anual dos Conflitos Agrários em Pernambuco, tendo como base o Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra, contendo os indicadores das áreas em conflito, assassinatos, processos judiciais, conflitos pela água, desrespeito aos direitos trabalhistas, ocupações, exploração e trabalho análogo à escravidão, violência contra a posse, violência contra pessoa, ameaças, ações de resistência e criminalização; assegurar a integridade física dos trabalhadores rurais de Barro Branco e demais comunidades rurais do Município de Jaqueira/PE, com foco especial na prevenção de abusos de poder por parte de forças policiais e milícias, promovendo o diálogo com a comunidade para restaurar a confiança no sistema de Segurança Pública; e realizar uma investigação rigorosa e rápida, por meio da corregedoria da polícia, sobre a conduta ilegal do Coronel reformado da PM, que se apresentou como Coordenador Operacional do Movimento Invasão Zero durante o último conflito. Dando prosseguimento aos encaminhamentos da Audiência Pública, a Deputada Dani Portela sugeriu para o INCRA e o ITERPE que oficiem a Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, para participarem da visita técnica às terras arrendadas pela Agropecuária Mata Sul em Jaqueira. Por fim, para as Comissões de Direitos Humanos e Agricultura, ficou acordado que ambas encaminharão um pedido à Polícia Federal para que investigue com urgência as denúncias de tentativa de homicídio e de atuação de milícias armadas na região da Mata Sul, o "Movimento Invasão Zero", responsabilizando os envolvidos e garantindo a segurança da população rural; bem como, para a Polícia Federal investigar e apurar, as responsabilidades da empresa de segurança armada contratada pelo Empreendimento Agropecuário Mata Sul S/A nesta situação específica e em outras em que as comunidades relatam a existência de abusos, suspendendo a autorização de funcionamento da empresa de segurança privada enquanto durar a investigação, e, ao fim, na hipótese de confirmação dos abusos, cassar tal autorização. Logo após, a Deputada passou a palavra para quem da mesa quisesse intervir, e prontamente o Sr. Jeterino expôs sua indignação com a fala do representante do INCRA que afirmou que outros assentamentos tiveram prioridade por conta de terem mais urgência para a efetivação da reforma agrária, e Jeterino indagou o que mais seria preciso para que Barro Branco tivesse também prioridade, tendo em vista a escalada dos acontecimentos violentos do dia 28 de setembro e a necessidade da população se defender sozinha dos invasores. Na sequência, Jolison Barreto defendeu o INCRA, falou que o papel do órgão é priorizar a reforma agrária e que deve ter havido um mal entendido, pois Barro Branco constava como prioridade para a efetivação da reforma agrária. Logo após, a Deputada Rosa Amorim afirmou que a luta pela terra só se perde quando se desiste dela, e que a comunidade de Barro Branco não pretende desistir, logo, sairão vitoriosos da luta. Para concluir, ela pediu celeridade dos órgãos, e vontade política para que não haja mais despejos forçados. Seguidamente, Ridette Pellegrino pleiteou ao ITERPE e ao INCRA que mesmo em não havendo celeridade na realização da reforma agrária em Jaqueira, fosse garantido ao povo que não haveria despejo forçado, que ela estava na luta pela sua população, e terminou com os dizeres "se o povo do campo não planta, a cidade não janta". A posteriori, Flávio Rodrigues afirmou que há legitimidade na defesa dos camponeses que são atacados e ameaçados pelo Movimento Invasão Zero e pela segurança privada da Empresa Mata Sul S/A. Para concluir, afirmou que não será aceita a criminalização da luta dos moradores da região, e que a ABRAPO se manterá do lado dos camponeses e na luta pela terra até o fim. Dando prosseguimento, Dani Portela ressaltou a importância do momento, agradeceu a presença de todos, e lamentou a ausência do poder Judiciário, que possui um papel indispensável no tema. Logo após, a parlamentar assegurou que a população de Barro Branco fez história ao reivindicar seus direitos e oportunizar o momento. Ainda, colocou a Comissão à disposição e garantiu que seguirá acompanhando Barro Branco até que todos os problemas sejam sanados, para que a posse da terra, que é do povo, seja conquistada. Por fim, declarou encerrada a Audiência. E, para que tudo fique registrado, foi lavrada a presente ata, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Recife, 19 de dezembro de 2024.

Deputada DANI PORTELA
Presidenta

ESSA NOVIDADE VOCÊ VAI CURTIR E SEGUIR



SIGA A ALEPE NAS REDES SOCIAIS



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br

10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Licitações e Contratos

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

No extrato do TAC da empresa OI S.A, publicado no DOE em 26/11/2024, onde se lê: VALOR DA DESPESA: R\$ 130.168,58 (cento e trinta mil e cento e sessenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), leia-se: VALOR DA DESPESA: R\$ 131.179,55 (cento e trinta e um mil e cento e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos). Recife/PE, 18/12/2024. CPL/ALEPE. Deputado Álvaro Porto de Barros – Presidente da Alepe e Deputado Gustavo Fuchs Campos Gouveia – Primeiro Secretário.

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

- Presidente,** Deputado Álvaro Porto
- 1º Vice-Presidente,** Deputado Aglailson Victor
- 2º Vice-Presidente,** Deputado Francismar Pontes
- 1º Secretário,** Deputado Gustavo Gouveia
- 2º Secretário,** Deputado Pastor Cleiton Collins
- 3ª Secretária,** Deputada Socorro Pimentel
- 4º Secretário,** Deputado Joel da Harpa
- 1º Suplente,** Deputado Rodrigo Farias
- 2º Suplente,** Deputado Henrique Queiroz Filho
- 3º Suplente,** Deputado Gilmar Júnior
- 4º Suplente,** Deputado Coronel Alberto Feitosa
- 5º Suplente,** Deputado William Brigido
- 6º Suplente,** Deputado Joaozinho Tenório
- 7º Suplente,** Deputado France Hacker

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

- Superintendente-Geral** - Isaltino Jose do Nascimento Filho
- Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
- Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Maurício Moura Maranhão da Fonte
- Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva
- Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos
- Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno
- Superintendente Administrativo** - Jose Luiz de Oliveira Junior
- Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo
- Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima
- Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
- Superintendente de Gestão de Pessoas** - Danielle Christina de Aguiar
- Superintendente de Comunicação Social** - Helena Castro de Alencar
- Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
- Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos
- Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Wildy Ferreira Xavier
- Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho
- Superintendente Parlamentar** - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
- Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Jose Airton Paes dos Santos
- Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa** - Ariosto Esteves



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão